

## Revisão sistemática: conhecimento dos profissionais de saúde acerca da violência obstétrica

### Systematic review: knowledge of health professionals about obstetric violence

DOI:10.34119/bjhrv6n6-497

Recebimento dos originais: 17/11/2023

Aceitação para publicação: 21/12/2023

#### **Sabrina Layra Souza Araújo**

Graduanda em Medicina

Instituição: Universidade Tiradentes

Endereço: Av. Murilo Dantas, 300, Farolândia, Aracaju – SE, CEP: 49032-490

E-mail: sabrina.layra@souunit.com.br

#### **Ana Carolina Melo Oliveira Chiaradia**

Graduanda em Medicina

Instituição: Universidade Tiradentes

Endereço: Av. Murilo Dantas, 300, Farolândia, Aracaju – SE, CEP: 49032-490

E-mail: ana.cmoliveira@souunit.com.br

#### **Gabriel Morais Valois**

Graduando em Medicina

Instituição: Universidade Tiradentes

Endereço: Av. Murilo Dantas, 300, Farolândia, Aracaju – SE, CEP: 49032-490

E-mail: gabriel.mvalois@souunit.com.br

#### **Lorena Meyrelles Souza Araújo**

Graduanda em Medicina

Instituição: Universidade Tiradentes

Endereço: Av. Murilo Dantas, 300, Farolândia, Aracaju – SE, CEP: 49032-490

E-mail: lorena.meyrelles@souunit.com.br

#### **Johnathan Rafael Lima de Almeida Santos**

Graduando em Medicina

Instituição: Universidade Tiradentes

Endereço: Av. Murilo Dantas, 300, Farolândia, Aracaju – SE, CEP: 49032-490

E-mail: johnathan.rafael@souunit.com.br

#### **Letícia Maria Cardoso Lima Rodrigues**

Graduanda em Medicina

Instituição: Universidade Tiradentes

Endereço: Av. Murilo Dantas, 300, Farolândia, Aracaju – SE, CEP: 49032-490

E-mail: leticia.mcardoso@souunit.com.br

**Marina Marques Novais Gomes**

Graduanda em Medicina

Instituição: Universidade Tiradentes

Endereço: Av. Murilo Dantas, 300, Farolândia, Aracaju – SE, CEP: 49032-490

E-mail: marinamarquesngomes@gmail.com

**Mauro Muniz Bezerra**

Especialização em Ginecologia e Obstetrícia

Instituição: Universidade Tiradentes

Endereço: Av. Murilo Dantas, 300, Farolândia, Aracaju – SE

E-mail: dmmbezerra@yahoo.com.br

**RESUMO**

Introdução: A violência obstétrica acomete diariamente no mundo muitas mulheres durante o ciclo gravídico-puerperal: pré-natal, parto, pós-parto e no atendimento ao aborto. Diversas são as causas que explicam o atual cenário, dentre elas, o conhecimento limitado dos profissionais de saúde acerca da temática, perpetuando e propagando práticas abusivas sem evidências científicas. Objetivo: Verificar o conhecimento dos profissionais de saúde sobre violência obstétrica através de uma revisão sistemática. Metodologia: Revisão sistemática realizada na base de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Google Acadêmico a partir de 16 artigos publicados entre 2018 e 2023. Resultados: Os artigos trazem a ótica de médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, assistentes sociais, médicos residentes em ginecologia e obstetrícia, residentes em enfermagem obstétrica e estudantes da área da saúde (medicina e enfermagem). Evidenciou-se que a maioria dos profissionais soube descrever violência obstétrica. No entanto, também foram evidenciados alguns profissionais, dentre eles, enfermeiros, fisioterapeutas e estudantes de medicina que desconheciam o termo ou tinham um conhecimento limitado sobre o tema, não entendendo todas as nuances que envolvem o mesmo. Conclusão: Ainda há profissionais com o conhecimento insuficiente quanto ao tema, mostrando a necessidade de mais discussões e debates, assim como de trabalhos científicos que fomentem o conhecimento dos profissionais de saúde de hoje e das próximas gerações, em busca de mudanças.

**Palavras-chave:** parto humanizado, parto obstétrico, violência obstétrica.

**ABSTRACT**

Introduction: Obstetric violence affects many women throughout the world every day during the pregnancy-puerperal cycle: prenatal, childbirth, postpartum and abortion care. There are several causes that explain the current scenario, including the limited knowledge of health professionals on the subject, perpetuating and propagating abusive practices without scientific evidence. Objective: To verify the knowledge of health professionals about obstetric violence through a systematic review. Methodology: Systematic review carried out in the Virtual Health Library (VHL), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS) and Google Scholar databases based on 16 articles published between 2018 and 2023. Results: The articles bring the perspective of doctors, nurses, nursing assistants, psychologists, physiotherapists, speech therapists, social workers, residents in gynecology and obstetrics, residents in obstetric nursing and students in the health area (medicine and nursing). It was evident that the majority of professionals knew how to describe obstetric violence. However, some professionals were also highlighted, including nurses, physiotherapists and medical students, who were unaware of the term or had limited knowledge

on the topic, not understanding all the nuances surrounding it. Conclusion: There are still professionals with insufficient knowledge on the topic, showing the need for more discussions and debates, as well as scientific work that promotes the knowledge of health professionals of today and future generations, in search of changes.

**Keywords:** humanized birth, obstetric birth, obstetric violence.

## 1 INTRODUÇÃO

O parto é um evento que sempre foi carregado de diversos sentimentos e emoções, independentemente da época ou sociedade. É um momento de fragilidade para a mulher que, acima de qualquer coisa, espera ansiosamente pelo filho (a). Não obstante, é nesse momento ou em qualquer outro do ciclo gravídico-puerperal, que muitas mulheres são vítimas do que se denomina Violência Obstétrica, reconhecida como uma questão de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2014 (COSTA, et al.,2021).

Definimos esse tipo de violência diante de qualquer ação, conduta ou omissão do direito da gestante, que viole o corpo feminino e sua integridade, além de causar dano físico ou psicológico, e consequente perda de autonomia de decidir livremente sobre seus corpos, em qualquer período do ciclo gravídico-puerperal: no pré-natal, parto, pós-parto e no atendimento ao aborto (SILVA; AGUIAR, 2020). Exemplificando os tipos de violência e os correspondentes períodos, podemos citar: no pré-natal, os excessivos toques sem indicação e o não acesso à realização de exames. Durante o parto, cesárea sem indicação, episiotomia rotineira, uso de ocitocina de forma descontrolada, falta de analgesia, proibição do acompanhante, posição única no leito no trabalho de parto, exposição desnecessária e comentários que ofendam a parturiente. E no aborto, grande parte das mulheres são culpabilizadas e tratadas como suspeitas. (CARVALHO et al, 2019).

Foi na metade do Século XX que houve a institucionalização da assistência ao parto. O que antes protagonizava a mulher, detentora da autonomia, tornou-se uma prática intervencionista, medicalizada e naturalizada pelos profissionais de saúde. Embora esse atual modelo disponha de recursos que a princípio, ofereceriam à mulher um maior suporte diante de qualquer intercorrência, é nesse mesmo modelo que a mesma sofre, constantemente, inúmeras formas da Violência Obstétrica, seja ela, sexual, física, psíquica ou verbal. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), no Brasil, 1/4 das que pariram por partos normais, em maternidades, relata ter sofrido violência obstétrica (SENS; STAMM, 2019). Ademais, segundo o estudo coordenado pela Fiocruz - Nascer no Brasil: inquérito nacional sobre o parto e nascimento, cuja análise de partos se deu em mais de 191 municípios, para 95% das mulheres,

estar em um ambiente hospitalar é sinônimo de ser alvo de procedimentos sem embasamento científico (TRAJANO; BARRETO; 2021).

Os números assustam e as causas que justificam o presente cenário vão desde a violência de gênero intrínseca na sociedade, a falta de informação das gestantes e dos profissionais de saúde acerca do tema, o discurso médico detentor do conhecimento e a estrutura e capacitação das maternidades. Esse sofrimento persistente a que muitas mulheres são submetidas, é na verdade registrado em diversos momentos históricos. Assim, alguns marcos mostraram-se importantes na luta a favor dos direitos das parturientes. Em 1970, os movimentos de luta social em prol da humanização dessa assistência se iniciaram. 15 anos depois, a OMS publicou recomendações para a assistência mais humanizada, revisadas posteriormente. Em 2000, o Ministério da Saúde brasileiro instituiu o Programa de Humanização no Pré Natal e Nascimento (PHPN), e 11 anos após a Rede Cegonha, que visa a promoção de uma rede de cuidados relacionados às ações de atenção à saúde. Todos os movimentos dessa luta buscam, acima de tudo, retomar o parto como um processo fisiológico, incentivar a utilização dos avanços tecnológicos em prol das relações interpessoais, tornando-as mais humanas, além de enfatizar o respeito à cidadania. Não obstante, ainda não há no Brasil uma lei que explique a violência obstétrica como uma violação aos direitos das mulheres, embora a legislação acerca da violência exista, cabendo à vítima denunciar (CARVALHO, et al., 2019). Portanto, conquanto o tema seja posto recentemente em muitos debates, o presente estudo tem como objetivo realizar uma revisão sistemática quanto ao conhecimento dos profissionais de saúde acerca da Violência Obstétrica, com o propósito de fomentar a busca por mudanças. Afinal, diante de um cenário que fere constantemente os direitos e a dignidade humana, o reconhecimento da problemática e a qualificação dos envolvidos são os estopins para o início de grandes transformações.

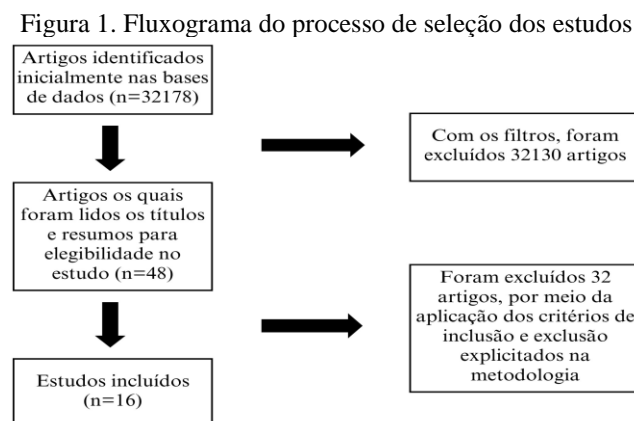
## 2 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão sistemática realizada por meio de um estudo quantitativo, retrospectivo e documental sobre o conhecimento dos profissionais de saúde acerca da violência obstétrica. É um tipo de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema, tendo em vista realizar um resumo das evidências encontradas, mediante análise criteriosa de qualidade.

Para isso, o referencial teórico foi retirado das bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Google Acadêmico. Algumas etapas devem ser seguidas, incluindo a escolha das bases de dados e os descritores para sua busca. Em seguida,

alguns filtros são selecionados tendo em vista a obtenção de uma pesquisa mais direcionada, sendo possível assim selecionar os artigos aptos a serem lidos.

Foram utilizados os descritores: “parto humanizado”, “parto obstétrico”, “violência obstétrica” na busca das publicações a serem lidas. A fim de delimitar o número de artigos encontrados, foram utilizados como critérios de inclusão: artigos publicados nos últimos 05 anos, descritores presentes apenas no título ou no resumo e textos completos. Foram excluídos documentos do Ministério da Saúde e informativos governamentais, guias de saúde, resenhas, comentários, relatórios técnicos e científicos, além dos artigos que não discutiam sobre o tema ou não contemplavam o objetivo específico da presente revisão. No início da pesquisa, um total de 32178 artigos foram identificados. Ao adicionar os filtros, foram excluídos 32018 artigos, restando 160 artigos, ao aplicar os critérios de exclusão relatados, 48 artigos foram selecionados. Nestes, realizou-se leitura integral e análise. Desse modo, 16 artigos foram eleitos para formar a base da análise deste estudo, conforme demonstra o fluxograma prisma abaixo (Figura 1):



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Todos os estudos foram selecionados através de pesquisa nas bases de dados supracitadas, por dois revisores independentes (SA e LR), sendo que caso houvesse discrepâncias seriam resolvidas em discussão com um terceiro revisor (MB), que iria optar por incluir no estudo artigos de intersecção entre ambos os revisores. Foi aplicado o índice Kappa, que é utilizado para avaliar a concordância entre observadores. O índice obtido, no valor de 0,6664, conforme proposto por Landis e Koch (1997) mostrou-se com uma concordância forte, sendo substancial para o prosseguimento das etapas de pesquisa (Tabela 1).

Tabela 1: Índice Kappa

	<b>Categoria 1*</b>	<b>Categoria 2**</b>
<b>Kappa da categoria</b>	0,6664	0,6664
<b>P-valor do Kappa da categoria</b>	0.0834	0.0786
<b>Intervalo de 95% de confiança do KPP da categoria</b>	Sup: 0.8298 Inf: 0.503	Sup: 0.8205 Inf: 0.5123

\*Artigos incluídos no estudo \*\*Artigos excluídos no estudo

Fonte: dados da pesquisa, 2023

Tabela 2: Índice de contingência

**REVISOR LR**

		<b>Cat. 1- Sim</b>	<b>Cat.2- Não</b>	<b>Total</b>
<b>REVISOR SA</b>	<b>Cat.1 - Sim</b>	16	9	25
	<b>Cat.2 - Não</b>	7	32146	32153
	<b>Total</b>	23	32155	32178

Fonte: dados da pesquisa,2023

### 3 RESULTADOS

Dos 16 artigos lidos, 15, correspondendo a 93,75%, trazem a ótica dos profissionais de saúde acerca do tema, incluindo, médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, assistentes sociais, médicos residentes em ginecologia e obstetrícia, residentes em enfermagem obstétrica e estudantes da área da saúde (medicina e enfermagem). E o artigo restante discute a temática, explicando as causas da persistência desse cenário, e as medidas cabíveis para a mudança do mesmo.

Em 40% dos artigos que explanaram a visão dos profissionais de saúde, houve o retrato de um conhecimento inadequado e superficial por parte de alguns profissionais. Desses, 16,6 % explanou a ideia que muitos profissionais ainda têm em relação à violência obstétrica ser praticada apenas por profissionais ligados diretamente ao parto, como técnico de enfermagem, enfermeiro, médico ou parteira. SILVA e AGUIAR (2020) identificaram um discurso a respeito da definição da violência obstétrica equivocada, sendo mais pertinente o discurso para casos de violência contra a mulher no contexto geral. Ademais, explanam também um cenário que embora alguns enfermeiros participantes da pesquisa tenham a compreensão acerca da violência obstétrica, são também favoráveis à realização de práticas violentas nesse contexto. Em BARBOSA (2018), et al, inclusive, há o desconhecimento do termo “violência obstétrica” por

alguns profissionais, em especial a categoria da fisioterapia demonstrou ter maior dificuldade para explicar esse conceito.

Em contrapartida, 60 % dos artigos trazem um bom reconhecimento por parte dos profissionais do que seria a violência obstétrica. Ademais, explicam as causas para o problema, bem como propõem medidas no combate a mesma. Desses, 40 % enfatiza a falta de estrutura e recursos do sistema de saúde para a realização de um trabalho competente. 20 % retrata, inclusive, a falta de conhecimento dos profissionais como sendo uma causa importante. E esse mesmo número retrata a violência de gênero intrínseca na sociedade como sendo um motivo importante também, cabível de mudanças. Em SENS e STAMM (2019) há um retrato de superioridade dos médicos em relação às parturientes, em um cenário de divergência de opinião. Em 11,1% dos artigos nessa mesma ótica, há considerações a respeito desses profissionais se colocarem em posição de vítimas da precarização do trabalho e falta de estrutura institucional, assim como das ameaças por parte das pacientes, bem como pela própria denominação de “Violência Obstétrica”. Enfatizam que o termo, além de induzir a polêmica, culpabiliza o obstetra como único autor da violência.

13,3% dos artigos trazem a visão de residentes em enfermagem obstétrica e ginecologia e obstetrícia, contabilizando 2 artigos. Em MENEZES et al (2020), enfatizam o ensino de condutas proscritas pelos profissionais de saúde. Retratam a falta de informação como uma causa importante do cenário, e citam como exemplos de violência obstétrica que convivem diariamente, a utilização de discursos ríspidos, ameaças de abandono e comentários pejorativos. Outrossim, em TRAJANO e BARRETO (2021), 1 residente afirma que os profissionais de medicina aparentam ser mais resistentes à mudança de paradigmas na assistência ao parto.

Ademais, 75 % dos artigos que trazem a visão dos estudantes de medicina e enfermagem acerca da temática retratam o conhecimento satisfatório dos mesmos, mostrando-se capazes de identificar procedimentos e intervenções desnecessárias. E 25% esclarece que ainda há déficits no conhecimento. Outrossim, esse mesmo número, 25 %, enfatiza a maior prevalência desse conhecimento acerca da temática entre os estudantes de enfermagem. Isso pode ser explicado pela conduta de práticas violentas consideradas rotineiras entre os estudantes de medicina. Nesse cenário, explanam a ausência de uma abordagem sobre violência obstétrica dentro do conteúdo curricular, que muitas vezes são supridas com medidas alternativas, como cursos, palestras extracurriculares, além da mídia e internet. Cabe destacar a frustração de muitos alunos em presenciar a violência, que não detêm o poder para modificar a situação, perante aos seus preceptores. Em ALBUQUERQUE et al (2023), 20% dos participantes da pesquisa que eram estudantes da área de saúde não acreditam que o conhecimento em bioética pelos

profissionais impactaria positivamente na luta contra violência obstétrica. Acreditam que a maioria dos profissionais já detém um conhecimento satisfatório, ao mesmo tempo que persistem com as práticas abusivas.

Destarte, os artigos, em sua totalidade, confirmam a persistência das inúmeras agressões sofridas pelas parturientes, mesmo que alguns profissionais não tenham o conhecimento adequado acerca da temática, a grande maioria retrata eventos que se enquadram como violência obstétrica-.

Tabela 3. Distribuição dos artigos conforme autoria/ano, tipo de estudo, amostra incluída no estudo e principais achados

Autor, ano e abordagem	Participante e amostra (n) incluída do estudo	Principais achados
SENS e STAMM 2019 Pesquisa qualitativa	Médicos (n=23): ginecologistas-obstetras (n=16) e residentes em ginecologia e obstetrícia (n=7)	Todos os profissionais entrevistados afirmaram ter conhecimento sobre o termo “Violência Obstétrica”, com embasamento nas percepções. A maioria dos entrevistados –78%– considera a denominação ruim ou péssima.
SILVA e AGUIAR 2020 Pesquisa qualitativa	Enfermeiros (n=7)	Compreensão superficial dos enfermeiros da atenção primária à saúde acerca da violência obstétrica e das práticas que são consideradas.
BARBOSA et al 2018 Pesquisa qualitativa	Médicos (n=5) Enfermeiros (n=14) Fisioterapeutas (n=8) Assistentes sociais (n=3)	Grande parte dos entrevistados respondeu que conheciam o termo violência obstétrica (90%), mas a Fisioterapia foi a categoria profissional que mais teve dificuldade para explicar este conceito.
RODRIGUES et al 2021 Pesquisa qualitativa	Médicos (n=6) Enfermeiros (n=14)	Perspectiva acerca das causas da VO: As enfermeiras e médicos sugerem haver uma possível correlação e efeito sinérgico entre o fenômeno da violência institucional e os problemas de segurança na assistência pessoal suficiente à demanda de cuidados.
MENEZES et al	Residentes em enfermagem	Bom conhecimento dos participantes acerca do tema. Relatam alguns exemplos de VO: Entre as práticas violentas relatadas, foram citados pelas residentes a utilização de discursos ríspidos, tratamento impaciente,



2020 Pesquisa qualitativa	obstétrica (n=15)	ameaças de abandonar a mulher sozinha durante a assistência por uma suposta não cooperação dela e comentários pejorativos, caracterizando a violência de cunho verbal
GOMES et al 2022 Revisão Integrativa da literatura	Estudantes de medicina, enfermagem e psicologia	Foi observado um maior conhecimento dentre os estudantes de enfermagem A abordagem da Violência contra a mulher no geral tem sido pouco explorada na graduação
SILVA et al 2020 Pesquisa de campo	Estudantes de medicina (n=20), enfermagem (n=39), nutrição (n=4), fisioterapia (n=74), psicologia (n=6)	No presente estudo observou-se um número elevado de estudantes da amostra que apresentaram conhecimento sobre VO. Percebeu-se também que os alunos possuem conhecimento na questão de negar atendimento à mulher ou impor dificuldades durante o pré-natal
SENS e STAMM 2019 Pesquisa qualitativa	Médicos (n=23): ginecologistas-obstetras (16) e residentes em ginecologia e obstetrícia (7)	Há um entendimento dos profissionais acerca da violência obstétrica, que enquadram como vítimas, seja da estrutura intencional e da precarização do trabalho, seja como “vítima das vítimas”, diante de ameaças, desrespeito e desacato.
ALBUQUERQUE et al 2023 Pesquisa qualitativa	Estudantes de enfermagem (n=67), medicina (n=20), fisioterapia, farmácia, psicologia, nutrição e terapia ocupacional	Conhecimento satisfatório acerca da temática da violência obstétrica. Os profissionais citaram dentro do conceito de VO ofensas físicas e psicológicas à gestante durante o processo de parto
COSTA et al 2021 Pesquisa transversal	Estudantes de medicina (n=72) e enfermagem (n=30)	Conclui-se que ainda há déficits no conhecimento acerca do tema entre os estudantes de medicina. Os alunos do curso de enfermagem mostraram-se mais conscientes sobre as práticas de VO
ORSO et al 2021 Pesquisa de campo	Auxiliares de enfermagem (n=13), enfermeiros (n=9), médicos residentes de obstetrícia e ginecologia (n=6), obstetras (n=4), assistentes sociais (n=2), estudantes de graduação de enfermagem e medicina (n=2), fisioterapeutas (n=2), psicólogos (n=2), fonoaudiólogos (n=2), terapeuta ocupacional (n=1)	Alguns profissionais desconheciam o termo “violência obstétrica”. Muitos conseguiram definir o que é violência obstétrica, mesmo que de maneira superficial. Alguns participantes referiram não ter presenciado práticas de violência obstétrica, pois muitos não atuavam diretamente na sala de parto
AMORIM e OLIVEIRA		O profissional reconhece e admite ter cometido violência obstétrica, porém sugere que a culpa de tal

<p>2019 Revisão integrativa</p>		<p>problema é devido ao sistema de saúde. Associa também a falta de educação em saúde e comunicação</p>
<p>TRAJANO e BARRETO 2021 Pesquisa qualitativa</p>	<p>Residentes de enfermagem obstétrica (n=6) Residentes de medicina em ginecologia e obstetrícia (n=7) Ginecologistas obstetra (n=4) Enfermeiros obstetras (n=3)</p>	<p>Há um bom conhecimento sobre VO por parte dos profissionais. 11 profissionais apontaram a violência física e 8 identificaram a violência psicológica. Um residente de enfermagem afirma que os profissionais de Medicina aparentam ser mais resistentes à mudança de paradigmas na assistência ao parto</p>
<p>MIRANDA et al 2019 Estudo descritivo</p>	<p>Enfermeiras obstétricas (n=16)</p>	<p>Verifica-se compreensões ampliadas por apresentarem definições de violência obstétrica que apontam desde a violência verbal e física, como também o desrespeito à autonomia da mulher, as intervenções desnecessárias, além de reconhecerem as repercussões na mulher exposta a esse tipo de violência. Da mesma forma, foram identificadas percepções limitadas por não caracterizarem os diversos conceitos de violência apresentados neste estudo ou apresentarem uma noção restrita de violência</p>
<p>ALVES et al 2023 Estudo de corte transversal e análise quantitativa</p>	<p>Enfermeiras que trabalham na Estratégia Saúde da Família (n=37)</p>	<p>Foi possível verificar que os profissionais atuantes na Estratégia Saúde da Família possuem um nível aceitável de conhecimento acerca da violência obstétrica. Porém, notou-se ainda uma variação nas características definidoras da mesma</p>
<p>CARVALHO et al 2023 Revisão Integrativa</p>		<p>Os resultados dessa revisão revelaram que os enfermeiros têm conhecimento limitado sobre violência obstétrica. Dentre as causas para a violência obstétrica são apontadas dificuldades estruturais, formação pessoal e profissional e a impunidade desses atos. Ocorre também a banalização da violência</p>

Fonte: dados da pesquisa, 2023

\*Os trabalhos cujos participantes não estão descritos se devem ao fato de serem revisões não qualitativas.

#### 4 DISCUSSÃO

A violência obstétrica é um tema que vem sendo amplamente discutido. Entretanto, ao mesmo tempo que é posto em debates e discussões em cursos, palestras, mídia, dentre outros meios, ainda notamos profissionais da saúde sem o devido conhecimento acerca desse cenário. Conforme exposto nos artigos analisados, a falta de inserção da temática dentro do cronograma curricular dos futuros profissionais, e a perpetuação de práticas abusivas ensinadas pelos professores, tornam o cenário cada vez mais persistente. Ainda que a maioria dos profissionais analisados nos estudos compreendesse o conceito da violência obstétrica, o presente estudo evidenciou o desconhecimento por parte de alguns.

Ao compararmos o conhecimento mais satisfatório entre os profissionais, enfermeiros-obstetras, ginecologistas-obstetras e residentes em ginecologia e obstetrícia ganharam destaque. Por atuarem diretamente com o parto, já presenciaram, ou até praticaram, condutas abusivas, que se enquadram como violência obstétrica. Em contrapartida, enfermeiros que trabalham em Unidades Básicas de Saúde, fisioterapeutas e estudantes de medicina mostraram compreensão mais limitada. Esses últimos, inclusive, com um conhecimento insatisfatório comparado aos estudantes de enfermagem. Mesmo os profissionais que não souberam definir adequadamente a violência obstétrica, a maioria já presenciou situações de violência física, verbal, psíquica ou sexual, conforme mostra a pesquisa explícita em BARBOSA et (2018) em que 70% dos entrevistados julgaram que nunca cometeram violência obstétrica, mas quando questionados em relação à percepção acerca do colega de trabalho, 80% referiram já ter presenciado colegas cometendo algum tipo de violência obstétrica. Como, por exemplo, realização de manobra de Kristeller, episiotomia sem indicação, laqueadura sem consentimento, jejum prolongado, posicionamento padrão no leito, proibição de acompanhante, além de falas por parte dos profissionais que diminuem e tiram a autonomia da gestante, sendo todas essas práticas carentes de evidências científicas (ORSO et al, 2021).

Diante do exposto, a qualificação dos profissionais mostra-se como uma das chaves que promovem a mudança no cenário. A educação e informação desde a universidade, até no ambiente de trabalho são eficazes. Ademais, é fundamental que as instituições públicas e privadas prezem pela inclusão e permanência de profissionais mais qualificados e especializados, bem como implantem medidas de fiscalização, com a responsabilização também de outros profissionais não médicos.

Entre outras formas de mudança de paradigmas, SENS e STAMM (2019) destacam o investimento na estrutura das maternidades, suporte e disponibilidade de vagas, além da educação a respeito da violência obstétrica com as gestantes, medida crucial nesse contexto,

dando-lhes ampla autonomia sobre seu próprio corpo. Afinal, o Brasil destaca-se pela boa cobertura pré-natal, aproximadamente 98,7%, mas apenas 40 % das mulheres afirmam ter recebido orientações em relação às práticas benéficas para o trabalho de parto (CARVALHO et al, 2019).

## **5 CONCLUSÃO**

Portanto, diante da análise dos artigos, conclui-se que ainda há um conhecimento limitado por parte de muitos profissionais de saúde acerca da Violência Obstétrica, embora a maioria soubesse descrevê-la. Alguns por não trabalharem diretamente em salas de parto, outros pela não abordagem do tema durante a graduação. Esse cenário, claramente, contribui para o aumento da prevalência dos casos de violência obstétrica no Brasil.

Dessa forma, a necessidade de mais discussões perante ao tema torna-se inquestionável, tendo em vista vivermos em um cenário que rompe constantemente com a medicina humanizada, dando lugar ao modelo intervencionista que deixa tantas marcas negativas na vida da mulher.

## REFERÊNCIAS

1. ALBUQUERQUE, R.; RABELO, D.A; MONSORES, N; Violência obstétrica e bioética: percepção dos estudantes da saúde do Brasil. **Revista Latinoamericana de Bioética**, Vol. 23(1), 2023.
2. ALVES, T.O; et al. Violência obstétrica: conhecimento dos enfermeiros na estratégia saúde da família. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 6, n. 3, p.10572-10581, may./jun., 2023
3. AMORIM, A.C.O; OLIVEIRA, S. S. Violência Obstétrica na Perspectiva dos Profissionais da Saúde: Revisão Integrativa. **Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos**, Curso de Enfermagem, Trabalho de Conclusão de Curso. Gama, Distrito Federal, 2019.
4. BARBOSA, N.R; LIMA, T.Q; BARROS, L.D.A; COTTA. C.F.D.A; (Des) conhecimento sobre a prática da violência obstétrica. **Enfermagem Brasil** 2018;17(4):318-325
5. CARVALHO, A.S; et al. Violência Obstétrica: A ótica sobre os princípios bioéticos e direitos das mulheres. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research - BJSCR**, Vol.26,n.1,pp.52-58 (Mar – Mai 2019). Minas Gerais, Brasil.
6. CARVALHO, E. et al. Conhecimento de enfermeiros sobre violência obstétrica: uma revisão integrativa. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.9, n.4, p. 13370-13382, apr., 2023
7. COSTA, J.A.; SILVEIRA, J.A.; GONÇALVES, S.J.C.; SOUZA, M.C.A. Violência obstétrica e humanização no parto. Percepção de alunos de graduação em Medicina e Enfermagem. **Revista de Saúde** 2022 Dez/Mar.; 13 (1): 28-33
8. GOMES, A.A.P; SIMÕES, A.V; PIRES, V.M.M.M; MACHADO, J.C; RODRIGUES, VP. O saber dos estudantes da área da saúde sobre violência obstétrica: Uma revisão integrativa. **Revista Nursing**, 2022.
9. ISIDORO DA SILVA, M.; AGUIAR, R.S. Conhecimento de enfermeiros da atenção primária acerca da violência obstétrica. **Revista Nursing**, 2020; 23 (271): 5013-5018. DOI: <https://doi.org/10.36489/nursing.2020v23i271p5013-5024>
10. MENEZES F.R; REIS G.M; SALES, A.A.S; JARDIM, D.M.B; LOPES, T.C. O olhar de residentes em Enfermagem Obstétrica para o contexto da violência obstétrica nas instituições. **Interface (Botucatu)**. 2020; 24: e180664 <https://doi.org/10.1590/Interface.180664>
11. MIRANDA, F.L; et al. Violência obstétrica: percepções de enfermeiros obstétricos em uma maternidade de Minas Gerais. v. 2019; 45(4):415-20. DOI: 10.34019/1982-8047.2019.v45.27899
12. ORSO, L.V; et al. Violência Obstétrica: Experiência da equipe multidisciplinar em saúde. **Rev enferm UFPE on line**. 2021;15(2):e246960 DOI: <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2021.246960>

13. RODRIGUES, G.T; PEREIRA, A.L.F; PESSANHA, P.S.A; PENNA, L.H.G; Incidentes na assistência das parturientes e recém-nascidos: perspectivas das enfermeiras e médicos. **Escola Anna Nery**. 1. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0075>
14. SILVA, C.Q.P; RODRIGUES, P.A; SANCHES, B.Z. Percepção dos estudantes da área de saúde sobre violência obstétrica. **Revista Unilago**, São Paulo, 2020.
15. SENS, M.M; STAMM, A.M.N.F. A percepção dos médicos sobre as dimensões da violência obstétrica e/ou institucional. **Interface (Botucatu)**. 2019; 23: e170915 <https://doi.org/10.1590/Interface.170915>
16. SENS, M.M; STAMM, A.M.N.F. Percepção dos médicos sobre a violência obstétrica na sutil dimensão da relação humana e médico-paciente. **Interface (Botucatu)**. 2019; 23: e180487 <https://doi.org/10.1590/Interface.180487>
17. TRAJANO, A.R; BARRETO, E.A;. Violência obstétrica na visão de profissionais de saúde: a questão de gênero como definidora da assistência ao parto. **Interface (Botucatu)**. 2021; 25: e200689 <https://doi.org/10.1590/interface.20068>